



09 A 13
DEZEMBRO

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA, À LUZ DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Quarta-feira (11/12) - Horário: 19h00 ~ 21h00

Resumo

Pretende-se abordar, em especial, questões culturais e legais em torno do incentivo à prática de uso dos métodos alternativos para resolução de conflitos, com aplicação de todas as áreas do direito (público ou privada), notadamente pelos métodos de negociação, conciliação, mediação e arbitragem. O curso abordará a utilização dos MASC's, inclusive na modalidade ODR - Online Dispute Resolution, para o exercício da cidadania e acesso à justiça para todos. O uso de novas tecnologias e plataformas digitais, ao cidadão lhe é conferido mais uma ferramenta por meio da utilização de um recurso tecnológico que alcança o conceito de sociedade da informação, possibilitando a mudança cultural do litígio. Serão abordadas questões sobre o poder público e seu dever de criar e aplicar políticas públicas quanto ao acesso à justiça; Reflexão sobre os Tribunais Multiportas; Governo Digital (E-gov); Novos comportamentos da sociedade contemporânea com o mundo conectado; A Era da Desjudicialização; Globalização, liberdade e conhecimento.

Público-alvo: Estudantes, graduados, profissionais e operadores do Direito, público em geral afeto ao incentivo do uso dos MASC's para uma sociedade mais justa e democrática na resolução de seus conflitos.

Coordenador: Prof. Dr. Roberto Senise Lisboa

Professor Ministrante

Clift Russo Esperandio

<http://lattes.cnpq.br/5127814584606432>

Objetivo do curso

As constantes mudanças advindas da vida em sociedade, que imprimem a imagem de uma sociedade moderna e cada vez mais de cunho digital e participativo, se dá pelo reflexo das transformações sociais e culturais e tecnológicas, pelas quais passam em razão da globalização, do desenvolvimento e do empreendedorismo. Para realizar essas ações, se objetiva traçar novas estratégias ou planos de agir, para que possamos desafogar o Poder Judiciário, no intuito de contribuir para resolução dos conflitos internos da sociedade altamente beligerante.

Programa completo

1. O poder público e seu dever de criar e aplicar políticas públicas quanto ao acesso à justiça;
2. Uma reflexão sobre os Tribunais Multiportas e o dever do poder público aplicar políticas públicas;
3. Governo digital: E-government;
4. Métodos alternativos de resolução de conflitos, à luz da sociedade da informação;
5. Era da Desjudicialização. Globalização, liberdade e conhecimento no uso dos métodos alternativos;
6. Debates e considerações finais.

Referências bibliográficas



09 A 13
DEZEMBRO

- ABRÃO, Carlos Henrique. *Processo Eletrônico - Processo Digital* – 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BAIOCCO, Elton. *Processo eletrônico e sistema processual: o processo civil na sociedade da informação*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2016.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BARCELOS, Ana Paula de. *Neoconstitucionalismo, direitos fundamentais e controle de políticas públicas*. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro. Abr./Jun./2005. v. 240.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização - As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- CAHALI, Francisco José. *Curso de Arbitragem: Mediação • Conciliação • Tribunal Multiportas*. São Paulo, Thomson Reuters Brasil, 2018.
- DWORKIN, Ronald. *Levando os Direitos a Sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- ECKSCHMIDT, Thomas; MAGALHÃES, Mario E.S.; MUHR, Diana. *Do Conflito ao Acordo na Era Digital (Meios Eletrônicos para Solução de Conflitos - MESC)*. 2. ed. Curitiba: Doyen, 2016.
- FERRER, Flôrência. SANTOS, Paula. *E-Government*. São Paulo: Saraiva, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *A Luta por Reconhecimento no Estado Democrático de Direito*. In: **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.
- Hall, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- LISBOA, Roberto Senise. *Confiança Contratual*. São Paulo: Atlas, 2012.
- LORENCINI, Marco Antonio Garcia Lopes. *"Sistema Multiportas": opções para tratamento de conflitos de forma adequada"*. São Paulo: Gen-Método, 2013.
- MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *A resolução dos Conflitos e a Função Judicial no Contemporâneo Estado de Direito*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *A ética dos precedentes: justificativa do novo CPC*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o princípio da dignidade da pessoa humana*. In: LEITE, George Salomão (Org.). *Dos Princípios Constitucionais - Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição*. São Paulo, Malheiros, 2003.
- PINHEIRO, Patricia Peck. *Direito Digital*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- PINHEIRO, Patricia Peck (Coord.) et al. *Direito Digital Aplicado*. 2.0. 2. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- PINHEIRO, Patricia Peck Garrido. *Direito Digital: da inteligência artificial às legaltechs*. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 107, n. 987, p. 25-38, jan. 2018.
- SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. *Manual da Arbitragem*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.
- TARTUCE, Fernanda. *Mediação nos Conflitos Cíveis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.
- WATANABE, Kazuo. *Cultura da sentença e cultura da pacificação*. In: MORAES, Maurício Zanoide; YARSHELL, Flávio Luiz (Coord.). *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2015.